



**VIDA LONGA**  
Bacharelado em Ciências Sociais da UFRJ celebrou 80 anos. Segundo mais antigo do país, curso ajudou a formar o pensamento político brasileiro, e embasou o curso de Licenciatura, que comemorou dez anos.

**Páginas 6 e 7**

## VITÓRIA DA MOBILIZAÇÃO: RECOMEÇAM OS PROCESSOS DAS PROGRESSÕES

Página 5

# MINISTRO MENTE

**#ForaWeintraub**

# EDITORIAL

## GUERRA E PAZ

### DIRETORIA

**A** América do Sul está em chamas. O Chile se convulsiona como nunca desde o fatídico 11 de setembro de 1973, o Equador agoniza na sua maior tensão social em décadas, e a Bolívia estremece com o golpe policial desferido contra o regime de Evo Morales. Mesmo onde a situação não é tão dramática, não se pode dizer que as águas estão paradas: a Argentina está numa transição de governos um tanto animosa, e as eleições no Uruguai foram decididas no proverbial fotochart. No entanto, de encontro aos nossos vizinhos hispânicos, no Brasil não se sente essa urgência popular de ir às ruas e se fazer ouvir, mesmo com as atitudes – inacreditáveis, em tempos normais – recentes do governo Bolsonaro... pelo contrário, o que se entrecorta por corredores e calçadas é desânimo e apatia. Por que tanta diferença?

Recapitemos. Jair Bolsonaro ganhou as eleições em 2018 com uma campanha virulenta contra “tudo isso que está aí”: corrupção, comunismo, PT, globalistas, kit gay, mamadeiras fállicas, a lista é vasta. Esse antagonismo catalisou um grande ato na época das eleições, o “Ele Não!”, mas que não abalou em nada sua popularidade à época.

Uma vez no governo, escolheu ministros e auxiliares pouquíssimo afeitos à democracia e ao republicanismo, e anabolizou a estratégia: escolher o inimigo da vez, e direcionar sua enorme militância (real e robótica) contra ele. Um alvo recorrente tem sido o Meio Ambiente, e a política nacional para ele tem sido, sem exagero, biocida. O Brasil passa pelo seu maior ciclo de queimadas em anos, e os culpados são os cientistas que divulgam os dados mais as ONGs que as denunciam. Como nas eleições, o descaso brasileiro gerou protestos dramáticos de alcance global, mas assim como o “Ele Não!”, gerou conseqüências desprezíveis para o presidente e seu ministro do “Agro-Ambiente” Ricardo Salles. Outro inimigo selecionado foram as



universidades públicas, constantemente bombardeadas pelo “sinistro” Abraham Weintraub: entre supostas plantações de maconha (que na verdade eram propriedade da Marinha) e delírios sobre “zebras gordas”, o financiamento das universidades passa por um arrocho sufocante, com a promessa de asfixia total em 2020. Novamente, tal postura levou a uma das maiores manifestações dos últimos anos no Brasil, o #15M, mas para além de uma vitória modesta contra os cortes (que devemos comemorar!), também não alterou a política educacional do governo de forma significativa.

Ou seja: estamos com um histórico de significativas manifestações populares e midiáticas, mas que não se concretizam em resultados visíveis. A Amazônia segue queimando, as universidades continuam sofrendo, a previdência vai ficando mais longe, malgrado nossa insatisfação. Isso erode a confiança no nosso poder de fazer valer a vontade popular, carcomendo a democracia e nos individualizando nas nossas vidas ocupadas, uma vez que “não tem mais jeito mesmo”. Nos últimos dias, o ministro da Economia, Paulo Guedes, recuperando um fio da meada deixado pelo deputado Eduardo “zerotrês” Bolsonaro, comentou zombeteiramente acerca da implementação de um novo AI-5 no Brasil. Se isso parece uma provocação à guerra, é porque talvez seja mesmo. Mas nós continuamos em paz. Veremos até quando.

### IMAGEM DA SEMANA

#### PAULO GUEDES AMEAÇA ESQUERDA COM NOVO AI-5 SE OPOSIÇÃO RADICALIZAR

■ Em mais uma demonstração de desprezo pelas instituições democráticas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, durante entrevista coletiva em Washington, ameaçou a edição de um novo AI-5. Ele comentava sobre as insurgências na América Latina e foi perguntado sobre o risco de os protestos chegarem ao Brasil. A ameaça acontece no mesmo momento em que o presidente Jair Bolsonaro defende que se amplie o excludente de ilicitude em Garantia da Lei e da Ordem.



REPRODUÇÃO



### CONHEÇA O OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO

■ O Observatório do Conhecimento é uma rede formada por 13 Associações e Sindicatos de docentes de universidades federais e estaduais de diversos estados brasileiros. A AdUFRJ é uma das fundadoras. O Observatório nasceu em março de 2019 com o objetivo de articular a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade e da liberdade acadêmica. É uma iniciativa suprapartidária e independente, para enfrentar os cortes de investimentos, além de monitorar e denunciar políticas de perseguição ideológica a reitores, professores, alunos e pesquisadores. Também é tarefa da organização produzir materiais e estudos sobre temas relacionados às políticas públicas de educação e C&T. Além da atuação política, as associações docentes participantes do Observatório do Conhecimento apoiam e realizam eventos nos campi e locais parceiros para engajar estudantes, professores e trabalhadores das universidades.

### AGENDA

**30/11  
09H**

#### CIRCUITO PEQUENA ÁFRICA

Com a professora Mônica Lima, na zona portuária.

# Universidades desnudam fake news de Weintraub

> Ministro disse que há plantações extensivas de maconha nos campi e citou apreensão de cannabis em terreno supostamente da UnB. Laudo técnico mostrou que a área é da Marinha

DA REDAÇÃO  
comunica@adufrj.org.br

A acusação do ministro da Educação, Abraham Weintraub, de que as universidades brasileiras cultivam “extensivas plantações” de maconha em seus campi foi severamente desmentida por entidades científicas e políticas de todo o país. Na sexta-feira, 22, o ministro chegou a publicar em seu twitter o vídeo com reportagem de 2017 sobre a apreensão de uma plantação de cannabis, supostamente em terreno de investimentos, além de monitorar e denunciar políticas de perseguição ideológica a reitores, professores, alunos e pesquisadores. Também é tarefa da organização produzir materiais e estudos sobre temas relacionados às políticas públicas de educação e C&T. Além da atuação política, as associações docentes participantes do Observatório do Conhecimento apoiam e realizam eventos nos campi e locais parceiros para engajar estudantes, professores e trabalhadores das universidades.

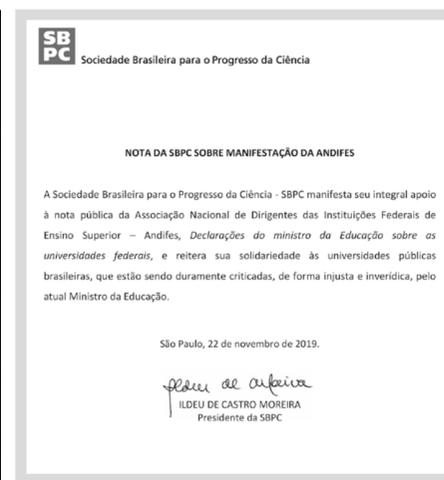
Em 2017, a UnB abriu sindicância para apurar a apreensão. O resultado da investigação é surpreendente: eram 16 vasos com pés de maconha e o terreno está em área de Marinha e não na UnB. De acordo com laudo, o local da apreensão está a mais de cem metros do lote da universidade, numa faixa de 30 metros em torno de um lago, controlada pela Marinha.

Em nota divulgada no domingo, 24, a reitoria da UnB esclareceu o caso e condenou severamente a calúnia do ministro. “A UnB repudia veementemente a associação equivocada da imagem da Universidade a práticas ilícitas. O fato é ainda mais grave quando ocorre de maneira recorrente e por parte de um gestor público cujo papel é o de promover a educação, em seus diversos níveis”, critica a nota.

A SBPC, a Andifes e o Andes repudiaram as declarações do ministro. O Andes interpeleu judicialmente Weintraub. A Associação de Docentes da Federal de Goiás - ADUGF - também entrou na Justiça contra o ministro da Educação.



FAKE NEWS Tuite de Ministro com reportagem antiga mente sobre universidade



### NOTA DA UNB

A Administração da Universidade de Brasília (UnB) tomou conhecimento de um post divulgado no Twitter pelo ministro da Educação com referência a uma operação policial ocorrida em área supostamente da UnB. A esse respeito, esclarecemos que:

1. A referida operação foi realizada em abril de 2017, em uma área não localizada na UnB. Trata-se de área de Cerrado próxima ao campus Darcy Ribeiro. Foram apreendidos vasos com maconha no local. Segundo as primeiras impressões da polícia, as plantas eram mantidas por um grupo,

sendo dois estudantes da Universidade e uma terceira pessoa não pertencente à comunidade acadêmica. Na ocasião, as forças de segurança da Universidade deram todo o apoio à polícia.

2. Imediatamente, a Administração determinou a abertura de uma sindicância interna, para a apuração de responsabilidades. No processo, foi confirmado, por meio de um parecer técnico, que o local da apreensão não pertence à UnB.

3. Após a apuração, não houve, na Justiça, confirmação de autoria de crime pelos dois estudantes. Dessa forma, eles não foram

condenados. A comissão de sindicância interna recomendou o arquivamento do processo.

A Administração repudia veementemente a associação equivocada da imagem da Universidade a práticas ilícitas. O fato é ainda mais grave quando ocorre de maneira recorrente e por parte de um gestor público cujo papel é o de promover a educação, em seus diversos níveis.

A UnB é uma das principais instituições de ensino superior da América Latina e a oitava melhor do Brasil, segundo o ranking Times Higher Education (THE), com crescente excelência aca-

dêmica, nas mais diversas áreas. As manifestações do ministro demonstram profundo desconhecimento e desrespeito acerca do papel constitucional de nossa instituição. Assim como outras universidades públicas federais, a Universidade de Brasília é patrimônio de todo o povo brasileiro.

É importante esclarecer que a UnB atua dentro da legalidade e vem aprimorando suas estratégias e ações de segurança, com medidas como a colocação de câmeras e de cadeiras elevadas nos estacionamentos. Mesmo com seu maior campus (Darcy Ribeiro) totalmente aberto e integrado à cidade, as medidas

### NOTA DO ANDES

■ O Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) interpeleu, na Justiça Federal, o ministro da Educação, Abraham Weintraub. A entidade cobra que o responsável pelo MEC apresente explicações e informações sobre as declarações que proferiu contra as Universidades Federais, em entrevista concedida no último dia 22, ao Jornal da Cidade.

“A fim de instruir possível ação de reparação dos danos morais coletivamente suportados, propõe-se a presente medida judicial para que o Requerido preste os esclarecimentos e informações acerca de suas declarações e provas que se utilizou para ampará-las, bem como das providências por ele adotadas em relação a esses fatos”, alega a entidade na Ação.

De acordo com a argumentação do ANDES-SN, o ministro não apresenta qualquer prova sobre as alegações muito menos as providências cabíveis adotadas pelo MEC. Para o Sindicato, a fala do ministro tem a intenção de desqualificar as universidades federais e colocar a opinião pública contra as instituições.

Além de desvalorizar docentes, servidores técnicos, e estudantes, as acusações de Weintraub representam “um ataque infundado à premissa constitucional de oferta de ensino gratuito, público e de qualidade, em relação às quais deve guardar o mais restrito respeito. Com essa conduta alarmante o Requerido tem a volição de manipular a opinião pública contra as Universidades Públicas, causando prejuízos à honra e à moral coletiva de toda comunidade universitária”, afirma o Sindicato Nacional.

A Universidade reitera o compromisso com sua missão institucional, educadora, para a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento socioeconômico no DF e do país.

A Universidade reitera o compromisso com sua missão institucional, educadora, para a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento socioeconômico no DF e do país.

**Márcia Abrahão**  
Reitora  
**Enrique Huelva**  
Vice-reitor



**MULTICAMPI** Um dos locais da assembleia foi o auditório Visconde do Rio Branco, no Centro de Tecnologia. Ao final, docentes votaram e rejeitaram estado de greve para março



FOTOS: FERNANDO SOUZA

# ASSEMBLEIA

> Docentes votam contra o estado de greve proposto pelo Andes para março de 2020, discutem o corte dos 26,05%, aprovam contas da gestão anterior e escolhem delegação ao próximo Congresso

**KELVIN MELO**  
kelvin@adufjr.org.br

Por 34 votos a 28, os professores da UFRJ rejeitaram o estado de greve indicado pelo Andes para o início do primeiro semestre letivo de 2020. Houve dois votos em branco. O resultado será enviado para a próxima reunião conjunta dos representantes das universidades federais, estaduais e municipais do Sindicato, dia 4 de dezembro, em Brasília.

A votação na UFRJ ocorreu em assembleia realizada simultaneamente no Centro de Tecnologia, no IFCS e em Macaé, no dia 27. "A diretoria da AdUFRJ não se posicionou contra nem a favor do estado de greve, muito embora alguns diretores tenham se manifestado contra", explica o vice-presidente, professor Felipe Rosa. "A greve precisa ser construída de baixo

para cima, agregando forças. Saímos muito traumatizados da última", disse o professor e diretor Josué Medeiros.

A professora Luciana Boiteux, da Faculdade Nacional de Direito, discordou: "Depois de tantos ataques e ameaças aos direitos dos professores, o estado de greve é o mínimo de mobilização que podemos fazer. É uma construção muito importante", afirmou. Jorge Ricardo, da Faculdade de Educação, reforçou o pleito: "Mês passado fiz 30 anos de universidade. De lá para cá, a forma mais efetiva de luta foi a greve", disse.

Já o professor João Torres, do Instituto de Física, também se manifestou contra o estado de greve. "Vou em todos os atos contra o Bolsonaro. Mas sou contra esvaziar as universidades. É um tiro no nosso próprio pé", observou.

A professora Leda Castilho, da Coppe, solicitou que a AdU-

FRJ organizasse um estado de mobilização planejada, independentemente do resultado da votação. "Devemos fazer um UFRJ na Praça e outras ações itinerantes, em locais de grande circulação. Precisamos conquistar a população", disse.

## CORTE DOS 26,05%

O corte dos 26,05%, referente ao Plano Verão (de 1989), anunciado pela reitoria para janeiro, também repercutiu na assembleia do dia 27. O percentual, que já estava congelado há anos, é recebido por muitos professores que ingressaram na UFRJ até 2006. "É muito estranho a assembleia não estar lotada de professores reivindicando seus direitos diante de uma situação tão extrema", protestou a professora Laura Cristina Campello, aposentada do Colégio de Aplicação.

A direção da AdUFRJ informou que a assessoria jurídica

entrou com uma ação para questionar o parecer da Advocacia Geral da União favorável ao corte dos 26,05%. Ao Conselho Universitário do dia seguinte, o professor Felipe Rosa manifestou o descontentamento da assembleia com a suspensão do ganho.

## PRESTAÇÃO DE CONTAS

Houve a apresentação das contas da gestão anterior – mandato entre 2017 e 2019 – que já havia sido aprovada por unanimidade pelo Conselho de Representantes. O professor Felipe Rosa, que fazia parte da diretoria anterior, mostrou as principais receitas e despesas do sindicato. Após alguns breves questionamentos sobre os gastos com o Observatório do Conhecimento – rede de associações docentes que defende a educação superior pública –, a prestação de contas foi aprovada. Os relatórios trimestrais das finanças do sindicato podem ser conferidos no site da AdUFRJ.

## CONGRESSO

A reunião do dia 27 também aprovou a delegação da AdUFRJ para o próximo Congresso do Andes, marcado para São Paulo (SP), entre 4 e 8 de fevereiro. Serão 13 delegados com direito a voz e voto: Eleonora Ziller; Felipe Rosa; Josué Medeiros; Sônia Branco; Paulo Fontes; Tatiana Ribeiro; Mayra Goulart; Alessandra Nicodemos; Angélica Nakamura; Mari-nalva Oliveira; Cláudio Ribeiro; Luis Acosta; e Mauro Iasi.

E mais 19 observadores com direito a voz em todas as reuniões: Jackson Menezes; Fernanda Vieira; Claudia Piccinini; Herli Menezes; Filipe Boechat; Marcelo Mello; Cleusa Santos; Renata Flores; Luciano Coutinho; Cris Miranda; Elídio Marques; Waleyr Barros; Ana Tavares; Eunice Bomfim; Laís Burity; Jacqueline Girão; Jorge Gonçalves; Daniel Augustins; e Regina Pugliese.

# Processos de progressão múltipla voltam a tramitar

> Após pressão dos professores, reitoria suspende ofício que não permitia a abertura dos pedidos. Assembleia exige que as progressões sejam aprovadas de acordo com a resolução do Consuni em vigor

**KELVIN MELO**  
kelvin@adufjr.org.br

Após muita pressão dos professores, a reitoria anunciou no dia 21 a liberação da abertura dos processos de progressão múltipla. A medida reverte os efeitos de um ofício do início de outubro que suspendeu este tipo de processo até uma deliberação do Conselho Universitário. O documento da reitoria também solicita que seja feito um processo para cada interstício, sinalizando que a UFRJ deve seguir o caminho adotado por outras universidades.

Mas na assembleia do dia 27, os docentes decidiram exigir da Pró-reitoria de Pessoal a execução dos pedidos conforme a legislação vigente. Hoje, a PR-4 só libera a primeira das progressões solicitadas, enquanto aguarda uma resposta do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipeca) para os demais interstícios. O órgão, vinculado ao Ministério da Economia, emitiu parecer proibindo as progressões múltiplas. A pró-reitora Luzia Araújo remeteu ao Sipeca os pareceres jurídicos do Andes e da AdUFRJ contestando a proibição.

Além do Sipeca, a Advocacia-Geral da União também já se manifestou contra o dispositivo, que é regulamentado na univer-



REPRODUÇÃO

**OFÍCIO** da reitoria volta a permitir a abertura de processos de progressão múltipla dos professores

sidade desde 2014 por uma resolução do Consuni. A assessoria jurídica da Adufjr argumenta que não há qualquer ilegalidade nas progressões múltiplas.

"Precisamos cobrar que a regra seja respeitada tal como foi aprovada pelo Consuni até que uma nova regulamentação seja feita", defendeu o professor

Pedro Lagerblad, diretor da AdUFRJ. "Esse é um direito dos docentes".

A assembleia da AdUFRJ aprovou, ainda, uma proposta de reunião ampliada do Conselho de Representantes com a reitoria para tratar do tema.

Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente

(CPPD), o professor Luciano Coutinho informou que não há qualquer pedido de progressão múltipla parado na CPPD. Luciano, que também subscreve o documento da reitoria liberando a abertura dos processos, recomendou aos colegas que encaminhem seus pedidos o mais rápido possível. Uma das preocupações é a Proposta de Emenda Constitucional do governo Bolsonaro que congela todas as progressões, em caso de emergência fiscal.

"Se o processo não saiu da unidade, é melhor desmembrar", acrescentou. Sobre os processos que já saíram das unidades, explicou que poderiam ser tratados de forma administrativa, entre CPPD e PR-4. Luciano reafirmou, como tem feito em reuniões anteriores, que a comissão vai seguir a deliberação do Conselho Universitário.

Contrariando as expectativas, as progressões múltiplas não foram pautadas na reunião do Consuni do dia 28. A professora Selene Alves, do Instituto de Matemática, cobrou da reitoria a marcação de um conselho extraordinário para definir a questão. "Por que não se marca o Consuni para tratar do tema? É para acabar com este grau de incerteza. A pressão tem que continuar", disse.

## CONSUNI

Na sessão do Conselho Universitário do dia 28, o vice-presidente da AdUFRJ, professor Felipe Rosa leu a manifestação aprovada na assembleia de véspera.

Destacou que há preocupação com a demora na discussão pelo Conselho. "Entendemos que existe uma complexa disputa jurídica acerca do tema, mas reiteramos que, ainda estando valendo a resolução 08/2014 do Consuni, as progressões não podem ser simplesmente interrompidas", completou.

SILVANA SÁ



**REIVINDICAÇÃO** Diretor da AdUFRJ fala ao Consuni do dia 28

# VIVA UFRJ PODE MUDAR CAMPUS E DIVIDE OPINIÕES

> Prédios e ruas seriam permitidos na Praia Vermelha, segundo projeto de lei da Prefeitura do Rio

A possibilidade de transformação do campus da Praia Vermelha a partir de um projeto de lei da prefeitura causou polêmica no último Conselho Municipal de Política Urbana (Compur). O tema preocupa a comunidade acadêmica e a diretoria da Adufjr cobrou, no Consuni, a abertura de canais de participação das diversas unidades da UFRJ. Grandes edifícios, ruas cortando o terreno e um equipamento

cultural capaz de receber 1,5 mil pessoas seriam permitidos no local, caso a proposta seja aprovada na Câmara dos Vereadores. O objetivo do projeto é criar uma área especial de interesse funcional, envolvendo a Praia Vermelha e a Cidade Universitária, com parâmetros urbanos específicos. Na reunião do conselho municipal, porém, o campus da UFRJ na Zona Sul dominou a discussão. Preocupada com o adensamento

da região, a representante da Federação da Associação de Moradores do Município do Rio no Compur, Sonia Rabello de Castro, foi bastante crítica: "Botafogo é uma área sensível do ponto de vista demográfico. Deve ter um estudo de impacto viário" disse. "Também queremos o estudo de drenagem, pois Botafogo enche. Tudo isso em relação ao impacto da projeção de população", complementou.

Pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Pedro da Luz observou que todo o processo movido pela UFRJ tem um "vício de origem". "Desenvolveram um projeto em que os parâmetros são pautados por uma lógica de lucro. Não é urbanístico". O projeto de lei da Prefeitura foi elaborado em conjunto com a comissão do Viva UFRJ, iniciativa que pretende trocar o aproveitamento econômico de áreas da universidade por contrapartidas não financeiras, como obras voltadas para assistência estudantil. Coordenadora executiva do Viva UFRJ, Nadine Borges informou que houve reuniões regulares com diversos órgãos da prefeitura para formular o projeto de lei. Questões relacionadas ao trânsito, por exemplo, teriam sido avaliadas com a CET-Rio. Os estudos não foram apresentados na reunião. Vários representantes do Conselho Municipal de Política Urbana manifestaram ainda que seria melhor a universidade apresentar primeiro o que pretende fazer

no campus da Praia Vermelha, antes da discussão do projeto de lei. Nadine argumenta que o projeto de lei é necessário à universidade, independentemente do Viva UFRJ. Ela explica que a Cidade Universitária hoje classificada apenas como uma zona especial desde 1976, não tem parâmetros de uso e ocupação do solo. A mudança para o novo status possibilitaria, em primeiro lugar, regulamentar o Plano Diretor da UFRJ. "É necessário e urgente que a universidade tenha isso. Temos a oportunidade agora de regularizar nossas áreas", defende. Seria possível a legalização da maioria dos prédios existentes no Fundão junto à Secretaria Municipal de Urbanismo. "Não temos praticamente nada licenciado na Prefeitura", confirmou Manoela Guerrante, da SMU, na reunião do dia 21. Para a Praia Vermelha, existe uma justificativa extra à tramitação do PL: a exigência do Tribunal de Contas da União para



**SIMULAÇÃO** Imagem da SMU mostra campus da PV com ocupação máxima pelos novos parâmetros

a UFRJ resolver o problema do Caneção. "O TCU exige e a cidade deseja o retorno de um equipamento cultural na área, mas a legislação proíbe", informa Nadine. O professor Ericksson Almendra, também da comissão do Viva UFRJ, reforçou o pleito da universidade: "Estamos compe- pelidos pelo TCU a dar um uso àquele terreno que nos foi doado

em 1967, sob pena de perdê-lo", disse. Após três horas de debate, a reunião acabou sem consenso entre os conselheiros. Será convocada uma câmara técnica para aprofundar o tema, ainda sem data marcada. O Compur, no entanto, é um órgão consultivo. Ou seja, o prefeito pode enviar o projeto de lei para os vereadores, mesmo

sem aprovação no colegiado.

## PARQUE NA MARÉ

A Praia Vermelha hoje está classificada como uma zona residencial 3 e, pelos parâmetros atuais, a universidade poderia construir imóveis com até 20 metros de altura, limitados a seis pavimentos. O projeto de lei modifica os critérios, permitindo abertura de

logradouros públicos no campus e aumentando o gabarito da área para 60 metros. A diferença é que as construções superando 20 metros de altura pagariam uma taxa à Prefeitura. O dinheiro será revertido para um fundo voltado à construção de um parque na Maré.

## AINDA SEM RETORNO

A UFRJ ainda aguarda os estudos encomendados à consultoria contratada via BNDES para o aproveitamento econômico dos ativos imobiliários da instituição. A estimativa é que os documentos sejam entregues até o fim do ano. "O consórcio deve entregar dois estudos: o valor potencial dos ativos e o custo potencial das contrapartidas que a universidade pretende ter. Para uma futura licitação, preciso ter estes dois lados equilibrados", disse o professor Vicente Ferreira, outro integrante da comissão do Viva UFRJ. Nadine acrescentou: "Vamos receber estes estudos, analisar e entregar à reitoria, que vai sub-

meter ao Consuni. A partir daí, a universidade vai conhecer estes dados". O vice-reitor da UFRJ, Carlos Frederico Leão Rocha, informou que haverá uma apresentação dos estudos do consórcio ao Consuni em março. E que haverá ampla discussão do projeto na universidade.

A reunião do Compur foi acompanhada pela presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. "A discussão ficou mais difícil porque não existe ainda um projeto a ser avaliado. Sem sabermos exatamente o que virá, especulações e prognósticos dos mais terríveis ganham força de verdade. Há um mal estar em torno dessas questões e talvez fosse melhor encaminhar a discussão junto à prefeitura com um desenho mais claro do que irá acontecer", disse. "Do ponto de vista urbanístico, o que a UFRJ fará ali terá impacto sobre a cidade e a vida das pessoas, portanto, me pareceu muito justa a reivindicação de uma avaliação mais aprofundada da proposta", completou.

# 80 ANOS

## ESTUDANDO

e defendendo

## A DEMOCRACIA

> Bacharelado em Ciências Sociais ajudou a moldar o pensamento político e social brasileiro em oito décadas. Curso é o segundo mais antigo do país e tem conceito máximo no MEC

SILVANA SÁ  
silvana@adufjrj.org.br

O curso de Ciências Sociais da UFRJ está em festa. A licenciatura comemorou 10 anos e o bacharelado, 80 anos. No país, o bacharelado em Ciências Sociais é o segundo mais antigo do país. Criado em 1939, o curso reuniu importantes nomes do pensamento brasileiro como Darcy Ribeiro, Vitor Nunes Leal, José Américo Peçanha, Wanderley Guilherme dos Santos. “Muitas gerações diferentes passaram pelas Ciências Sociais e ocuparam locais de destaque. É difícil até de mensurar o tamanho da importância do curso na nossa sociedade”,

defende a professora Glaucia Villas Bôas, do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia.

O curso nasceu no contexto do Estado Novo e desde então voltou seu olhar a pensar e entender as estruturas de poder, as instituições brasileiras e se colocar ao lado do fortalecimento da democracia no país.

Sua primeira sede foi o centenário Colégio Amaro Cavalcanti, no Largo do Machado. Logo depois, foi transferido para a Avenida Antônio Carlos, no Centro, na quadra onde funcionam os consulados francês, alemão e italiano. A força da então Faculdade Nacional de Filosofia não passou despercebida pelos militares. Com o acirramento da repressão do regime militar,

no fim dos anos 60, a faculdade foi desmembrada em diferentes unidades, que ficaram isoladas. “Física, Química e Letras foram para o Fundão. Ciência Política, Antropologia e Sociologia foram para Botafogo”, relembra a professora Glaucia.

Aluna da turma de 1966, ela participou desta mudança de local. “Ficávamos absolutamente isolados em galpões recém-construídos na rua Marquês de Olinda”, em Botafogo.

A partir de 1969, após o AI-5, o curso passa a ocupar o prédio histórico do Largo do São Francisco de Paula, no Centro. “Totalmente desmantelado, com a biblioteca destruída”, relata a docente. O novo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais se tornou um símbolo de resistência ao regime militar e, por isto mesmo, foi uma das instituições mais reprimidas da universidade. A presença de policiais era constante nos corredores e salas de aula. “Foi um período que marcou muito, com professores cassados, estudantes perseguidos, presos, mortos”, relembra

a docente.

Com as lutas pela redemocratização, novos ventos passaram a soprar no instituto: bibliotecas foram reabertas, cursos foram reestruturados. O corpo docente passou a pensar sobre o currículo. “Houve um foco de reequer a graduação. E criamos, em seguida, uma pós-graduação totalmente em sintonia com o bacharelado. Algo muito raro para a época”, afirma.

Para o vice-diretor do IFCS, professor Ivo Coser, as últimas duas décadas foram marcadas por forte expansão das Ciências Sociais. Ele destaca três fatores: “A entrada da Sociologia no Ensino Médio, a expansão dos cursos de pós-graduação e a institucionalização da democracia, que abriu um campo específico para as áreas mais ligadas à política institucional”, avalia.

Ao mesmo tempo, segundo Coser, também aconteceu a estabilização das Ciências Sociais como campo acadêmico, com fortalecimento da atuação de associações e entidades da área. “São todas entidades que

fortalecem não só os cursos, mas também o debate acadêmico das Ciências Sociais”.

Com a solidez da área, novos desafios se apresentam. O atual governo corta recursos da educação e da ciência e despreza as humanidades. “Há a leitura de que as Ciências Sociais são focos de ideologias que devem ser combatidas com outra ideologia. Aí começa um desafio que precisa ser enfrentado, mostrando nossa densidade acadêmica”.

O crescimento das Ciências Sociais, coincidente com a redemocratização e fortalecimento das instituições democráticas no país, aponta Ivo Coser, gerou uma natural vinculação entre a área e a própria democracia. “Quando se ataca as Ciências Sociais, também se ataca a democracia”, resume. “E aí ouvimos ‘universidade é balbúrdia’, ‘democracia é balbúrdia’, ‘saudades da ditadura’”.

### DEZ ANOS DA LICENCIATURA

2019 também marca os dez anos do curso noturno de licenciatura em Ciências Sociais. O curso foi implantado pela professora Glaucia em parceria com o professor André Botelho, também do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, em 2009. “É um dos frutos do Reuni e nos abriu muitas possibilidades de estudo, pesquisa e de área profissional para nossos estudantes”, afirma a professora Glaucia que assina, junto com Botelho, o artigo a seguir.

Já na página 7, o **Jornal da AdUFRJ** apresenta trechos de entrevistas concedidas pelos chefes dos departamentos das Ciências Sociais. Eles falam sobre desafios, perspectivas e importância da área. A íntegra está no nosso site: [adufjrj.org.br](http://adufjrj.org.br).



LARGO DE SÃO FRANCISCO casa das Ciências Sociais desde 1969

### ENTREVISTAS

**THAÍS AGUIAR**  
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA



■ **Jornal da AdUFRJ: Como é estar à frente do Departamento de Ciência Política diante dos ataques às Ciências Sociais?**

● É uma honra. Nem todas as universidades têm um curso de 80 anos. É uma responsabilidade também manter o departamento à altura do prestígio da UFRJ, nesta conjuntura totalmente desfavorável à produção de conhecimento e à manutenção da universidade pública, gratuita e democrática.

■ **O momento político do Brasil traz um desafio maior à Ciência Política?**

● Esses ataques contra as Ciências Sociais não são gratuitos. Eles têm relação com uma onda anti-intelectualista, contrária à produção e difusão do conhecimento. E isso não é uma peculiaridade brasileira, nem latino-americana. É mundial. Trata-se de um ataque ao avanço da democracia real. Pensando especificamente na Ciência Política, é de sua natureza analisar criticamente as formas de poder, as formas de arbítrio; questionar a prática das instituições; pensar as formas de governo. E isso desafia as forças neoconservadoras e neofascistas.

■ **Dá a necessidade de silenciar estas áreas...**

● De deslegitimar, calar, difamar, de sufocar qualquer voz crítica a essas forças neoconservadoras.

■ **A sociedade e a própria universidade precisam defender mais a área?**

● As Ciências Sociais são de suma importância, principalmente num país como o nosso, com instituições jovens, com uma democracia muito incipiente e com desigualdades gritantes. O currículo da UFRJ, ao longo dessas décadas, passou por modificações e acompanhou o movimento e as demandas da sociedade. As Ciências Sociais interpelam o mundo em que estamos vivendo. Precisamos disso para não reproduzirmos formas perversas de poder, formas autoritárias de governo, formas degradantes de vida social.

■ **É uma defesa do tecido social?**

● Sim. Sobre tudo das classes menos favorecidas.

**ANTONIO BRASIL JR.**  
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA



■ **Jornal da AdUFRJ: A atual conjuntura impõe desafios à Sociologia?**

● A conjuntura atual, diante da última reforma do Ensino Médio, traz novamente uma insegurança sobre a própria presença do curso de Sociologia no Ensino Médio. Este é um dos maiores anseios dos alunos, sobretudo do curso noturno de licenciatura. Simultaneamente, temas de pesquisa ligados à questão da violência policial, gênero, memória e ditadura, por exemplo, da nossa tradição, estão sendo duramente atacados. Por outro lado, sem a visão de conjunto e de processo que as Ciências Sociais permitem, a gente não consegue criar um bom diagnóstico sobre a crise do presente. É um momento de vulnerabilidade, mas sua importância nunca foi tão urgente.

■ **Esses ataques às Ciências Sociais se devem ao fato de não se conhecer o que ela produz, ou de se conhecer seu potencial?**

● Talvez as duas coisas. Uma forma de tornar as Ciências Sociais vulneráveis é a própria indiferença em relação aos seus achados. Os temas de pesquisa exprimem um processo de disputa cultural sobre a mudança social. Nesse caso, grupos do atual governo estão tentando reenquadrar estes temas a partir de um outro eixo de valores. Há uma disputa cultural no cerne desta questão. Por exemplo, mostrar que gênero é uma construção social reverbera no processo social e acaba sendo um dos vetores fundamentais dessa pluralização das identidades de gênero. As Ciências Sociais sofrem com os ataques a este tipo de formulação.

■ **Todos os dias vemos enxurradas de ataques em diferentes áreas e contra o saber. Como resistir?**

● Há estudiosos que veem nessa enxurrada também um método de governo e não uma simples “gestão do caos”. As estratégias políticas mudaram também com este novo ambiente que é a vida on line, que revolucionaram as bases da vida social. Talvez as formas de controle político e censura não passem mais pelo controle material da informação e sim pela difusão imensa de contrainformações. É mais um desafio para a Sociologia.

**TATIANA BACAL**  
CHEFE SUBSTITUTA DA ANTHROPOLOGIA CULTURAL



■ **Jornal da AdUFRJ: Num momento de tantos ataques ao conhecimento, as Ciências Sociais ganham importância?**

● As ciências sociais ganham protagonismo para entender este governo diante de um sistema global e também histórico no Brasil. Do papel da internet na vida privada, passando pelos movimentos de direita ao redor do mundo, até a relação do Brasil com o negacionismo histórico, entre outros, são todos fenômenos a serem compreendidos pelas lentes das Ciências Sociais.

■ **Considera que a Antropologia corre risco no Brasil? Se sim, de que modo?**

● Quando se cortam financiamentos, se dificulta a produção do saber e, assim, se corta um círculo virtuoso que existe na ciência brasileira desde a década de 1960, quando se estruturaram, por exemplo, as pós-graduações na Antropologia.

■ **Alguns grupos brasileiros estão em especial situação de vulnerabilidade no Brasil atual: quilombolas, indígenas, moradores de favelas - sobretudo sua juventude negra. Como isto afeta a Antropologia?**

● A vulnerabilidade especial destes grupos afeta diretamente a Antropologia porque historicamente nossa disciplina se formou trabalhando em colaboração e ao lado de grupos minoritários. Refletir sobre o Brasil significou e ainda significa pensar relações entre grupos minoritários com a sociedade abrangente. Temos que também levar em consideração que há uma juventude negra com especial protagonismo nas universidades públicas e principalmente nos cursos de Ciências Sociais e humanas, demonstrando que há uma mudança histórica em curso, apesar dos ataques sofridos pelo atual governo às nossas áreas de saber.

■ **Como resistir às investidas autoritárias contra as Ciências Humanas de maneira geral?**

● É possível resistir no cotidiano de nossas atividades acadêmicas, na ampliação e compartilhamento de conhecimento e pensamento crítico.

### Artigo

**GLAUCIA VILLAS BÔAS E ANDRÉ BOTELHO**

Professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ

## TEMPO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Curso da UFRJ vem contribuindo para a compreensão científica da sociedade, da cultura e do Estado

O curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro acaba de completar 80 anos. É uma trajetória longa, tanto do ponto de vista da história da universidade quanto das ciências sociais no Brasil. Ela dá continuidade a uma importante tradição de ensino de qualidade, pesquisa de ponta e extensão inovadora que se iniciou na antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) da então Universidade do Brasil.

Quando a FNFI desmembrou-se em institutos e faculdades, as Ciências Sociais passaram a fazer parte do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, criado em 1967. Nos anos 70, o prédio histórico do Largo de São Francisco de Paula, no Centro da cidade, passou a sediar o curso juntamente com os de História e Filosofia. Atualmente, os departamentos de Sociologia, Antropologia Cultural e Ciência Política são os responsáveis pelo curso.

Desde a sua criação, o curso de Ciências

Sociais registra importantes conquistas intelectuais, institucionais e sociais. Diferentes gerações integraram seus quadros docentes e muitos de seus ex-alunos se destacaram em suas áreas profissionais e atuaram na esfera pública. Alberto Guerreiro Ramos, Darcy Ribeiro, Josué de Castro, Evaristo de Moraes Filho, Luiz de Aguiar Costa Pinto e Victor Nunes Leal estão entre os nossos pioneiros.

A identidade disciplinar das Ciências Sociais, marcada pelo interesse na construção da ordem social, nas mudanças e nas ações sociais concorre para que o curso da UFRJ tenha tomado para si a

tarefa de examinar questões relevantes como cultura e produções intelectuais e artísticas; desigualdades sociais e políticas públicas; transformações da esfera do trabalho e das organizações econômicas e empresariais; violência e vida urbana; direitos humanos e cidadania; relações entre o estado e a sociedade civil; partidos, instituições e cultura política; democracia e participação entre outros.

A produção acadêmica dos seus docentes e discentes tem recebido destaque no contexto das Ciências Sociais brasileiras e internacionalmente. O curso conta com um corpo docente altamente qualificado,

parte significativa dele reconhecida como líder intelectual da sua respectiva área de pesquisa. Dois dos seus departamentos são responsáveis pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), programa de excelência avaliado com a nota máxima (7) da Capes - atualmente o único da área em toda a Região Sudeste nessa posição.

Uma das iniciativas relevantes de professores do curso foi integrar efetivamente a graduação à pós-graduação, o que tem garantido a formação de excelência oferecida. É igualmente significativa a presença do curso de Ciências Sociais no contexto

A produção acadêmica dos seus docentes e discentes tem recebido destaque no contexto das Ciências Sociais brasileiras e internacionalmente.

mais amplo da UFRJ, ministrando disciplinas em várias graduações, como Administração, Economia, Ciências Contábeis, Enfermagem, Odontologia e outros.

Entretanto, uma das maiores conquistas recentes foi a criação, há dez anos, de um novo curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Oferecido no horário noturno, o curso tem ampliado ainda mais as oportunidades de acesso à universidade pública e de formação profissional de qualidade a parcelas significativas da juventude da região metropolitana do Rio de Janeiro e, por meio do Sistema de Seleção Unificada/Sisu, de todo o Brasil.

As Ciências Sociais da UFRJ vêm contribuindo para o desenvolvimento e a compreensão científica da sociedade, da cultura e do Estado de perspectiva local, nacional e mesmo global, e assim, consolidando sua presença e marca na história da disciplina. É essa trajetória acadêmica exitosa das Ciências Sociais feita por docentes, técnico-administrativos, estudantes e egressos da UFRJ que estamos comemorando. Que venham os próximos 80 anos de Ciências Sociais na UFRJ!



# MAIS UM PASSO PARA A CURA DO GLAUCOMA

ELISA MONTEIRO  
elisa.monteiro@adufrrj.org.br

Depois da catarata, o glaucoma é a doença que mais cega no mundo. Ela é também a número um entre as causadoras de cegueira irreversível. Segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde, dois milhões de pessoas serão afetadas por ela, no Brasil, em 2020. Ainda sem cura, a enfermidade degenerativa pode encontrar alternativas terapêuticas graças a resultados recentes obtidos por um grupo de pesquisadores da UFRJ. “Hoje o que temos são medicamentos que

retardam o progresso da doença. O que está colocado agora é a possibilidade de futuramente ser viável restituir a visão”, disse a pesquisadora do Laboratório de Neurogênese, Mariana Silveira.

A pesquisa liderada pela neurocientista indica que o fator de transcrição da proteína Klf4 pode ser utilizado para a regeneração de células ganglionares. Ela explica que as projeções das células ganglionares compõem o nervo óptico e são responsáveis pela transmissão das informações da retina para o cérebro. E, que, em casos de glaucoma, geralmente, há um aumento da pressão intraocular que lesiona o nervo óptico e mata essas células da retina, levando a uma gradual perda da visão periférica e, por vezes, até a cegueira. Como as células são geradas

ainda no embrião e em mamíferos não há reposição, a perda de visão é definitiva. “A informação não sai do olho”, resume outro membro da equipe de pesquisa, professor Rafael Linden. “As pessoas não se dão conta muitas vezes, mas a retina faz parte do sistema nervoso central e, para que enxerguemos, a informação tem que ser levada da retina para o cérebro pelo nervo óptico”.

A possibilidade de regeneração das células amplia o leque de possibilidades terapêuticas. A descoberta pegou de surpresa os pesquisadores, inicialmente voltados pela investigação básica sobre o impacto do Klf4 para a retina. “O resultado saltou aos nossos olhos”, conta Mariana. “Quando Maurício viu no microscópio me chamou e vibramos: ‘estamos gerando células ganglionares’”. A impressão inicial foi confirmada pelos testes que se seguiram. O pesquisador Mauricio Martins é o primeiro autor do artigo publicado pela revista científica Development.

A equipe teve a participação ainda do professor da UFRJ Rodrigo Martins, da pesquisadora colaboradora Caren Norden (Instituto Max Planck de Biologia Celular e Genética Molecular, Alemanha) e seis bolsistas. Ao todo, o trabalho já completa seis anos. E já contou com apoio da FAPERJ, CAPES e CNPq nas diferentes etapas. “A pesquisa básica demanda muito tempo e investimento”,

avalia o neurocientista Rafael Linden. “Quando começamos tínhamos um laboratório totalmente dedicado às pesquisas de base. Mas fomos, aos poucos, nos aproximando da terapia gênica. Ela é uma tendência hoje”.

Depois do espaço conquistado na publicação internacional, os pesquisadores se preocupam com a continuidade do trabalho frente à desidratação do financiamento científico. “Já trabalhamos com seis estagiários de alta qualificação, hoje só temos um desta equipe original”, lamenta Mariana. “A maioria saiu do país, desestimulados pela situação atual. Esperamos conseguir manter os novos componentes do grupo motivados para recompor a equipe”.

## SINAIS DE ALERTA

O diagnóstico do glaucoma é feito por meio da medição da pressão intraocular e do exame de fundo de olho - onde está a retina. O check-up no oftalmologista é recomendado. Um dos desafios da doença está no seu diagnóstico tardio. “Como a perda da visão começa pela periferia, as pessoas demoram a se dar conta do problema. Isso agrava o quadro, em um contexto, onde ainda não há cura, mas apenas redução dos danos”, explica Mariana Silveira. “Um dos sinais mais comuns do problema é quando a pessoa começa a esbarrar nas coisas ou a tropeçar”, acrescenta Linden.

## ACONTECE NA UFRJ

### SEMANA CHEIA DE EVENTOS DE ARTE E CIÊNCIA NA PV E NA MÚSICA

É para anotar na agenda e não faltar. Nos dias 29 e 30, o lindo Coral do CT apresenta a Ópera do Malandro na Escola de Música. No sábado 7, é a vez do imperdível Meninas no Circuito, com extensa programação infantil na Casa da Ciência.

CORAL DO CT - UFRJ apresenta

# ÓPERA DO MALANDRO

CHICO BUARQUE

29 NOV às 19h  
30 NOV às 17h30

Salão LEOPOLDO MIGUEZ  
Escola de Música UFRJ

ENTRADA FRANCA

Meninas no Circuito em Casa

07 de dezembro de 2019  
sábado

Confira a nossa programação!

**OFICINAS**  
Blocos de circuitos  
13h, 14h, 15h, 16h e 17h  
Faixa etária: a partir de 8 anos  
20 vagas por sessão

Circuitos de massinha  
13h, 14h, 15h, 16h e 17h  
Faixa etária: a partir de 6 anos  
20 vagas por sessão

Circuitos em papel  
13h, 14h, 15h, 16h e 17h  
Faixa etária: a partir de 8 anos  
20 vagas por sessão

Mecânica no papel  
13h, 14h, 15h, 16h e 17h  
Faixa etária: a partir de 6 anos  
20 vagas por sessão

**BATE-PAPO COM UMA FÍSICA**  
14h, 15h, 16h e 17h  
Faixa etária: livre  
20 vagas por sessão

**EXPERIMENTOS DO LADIF**  
13h às 18h  
Faixa etária: livre

**DICAS IMPORTANTES**  
\* vagas limitadas  
\* senhas no local  
20 minutos antes  
Entrada franca!

Local: Casa da Ciência da UFRJ  
R. Lauro Müller, 3 - Botafogo, RJ  
Tel.: (21) 3938-5444